

Vouzela Marca a Diferença

PLANO

ESTRATÉGICO



2010

INDICE

I. NOTA INTRODUTÓRIA	3
II. ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO	4
II.1 MISSÃO	5
II.2 VALORES	5
II.3 VECTORES ESTRATÉGICOS	5
II.4 PLANOS DE ACÇÃO.....	6
III. DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2009	
III.1 ENQUADRAMENTO GERAL	9
III.2 ORÇAMENTO PARA 2009	11
III.3 ESTRUTURA DO INVESTIMENTO	15

22

Handwritten signatures and initials:
- Top right: *Handwritten signature*
- Middle right: *Handwritten signature*
- Below middle right: *Handwritten signature*
- Below that: *Handwritten signature*
- Below that: *Handwritten signature*
- Bottom right: *Handwritten signature*

I. NOTA INTRODUTÓRIA

As Autarquias Locais são cada vez mais chamadas a responder a novos e complexos desafios decorrentes de competências que vão sendo delegadas ou criadas, de medidas de aperfeiçoamento e de qualificação dos serviços públicos e ainda resultantes das incessantes transformações sociais, económicas e tecnológicas. Neste sentido, interessa evidenciar o constante crescimento do nível de exigência das populações e o aumento das expectativas dos cidadãos e dos agentes económicos e sociais em relação ao poder central e local, reclamando uma melhoria acentuada da qualidade de vida das populações e um aperfeiçoamento constante das práticas.

As perspectivas da rápida evolução do conhecimento e das tecnologias, a crescente transferência de atribuições e competências para as Autarquias Locais, nem sempre acompanhadas das correspondentes contrapartidas financeiras, num contexto em que nos é exigido fazer cada vez mais e melhor com menos recursos, determinam que o Município de Vouzela tenha necessidade de definir um enquadramento estratégico, em particular os objectivos e planos de acção, que permitam criar as condições para enfrentar os desafios que se lhe colocam em termos futuros.

Apesar destes constrangimentos continuaremos o nosso esforço de satisfação das necessidades básicas da população, ao mesmo tempo que pretendemos preparar o concelho para um salto qualitativo no desenvolvimento e para a qualificação dos recursos humanos.

Deste modo, prosseguiremos o esforço no apoio a famílias carenciadas, por via da recuperação de habitações degradadas e da concessão de bolsas de estudo a jovens que frequentam o ensino superior, da modernização do parque escolar (jardins de infância e 1º CEB), da preservação do Património Arqueológico e Arquitectónico, da requalificação do Campo Municipal das Chãs, da rectificação da rede viária fundamental e de apoio ao tecido económico local (indústria, comércio, turismo, floresta e agricultura).

Assim, o ano de 2010 representará uma forte aposta do Município de Vouzela no Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).

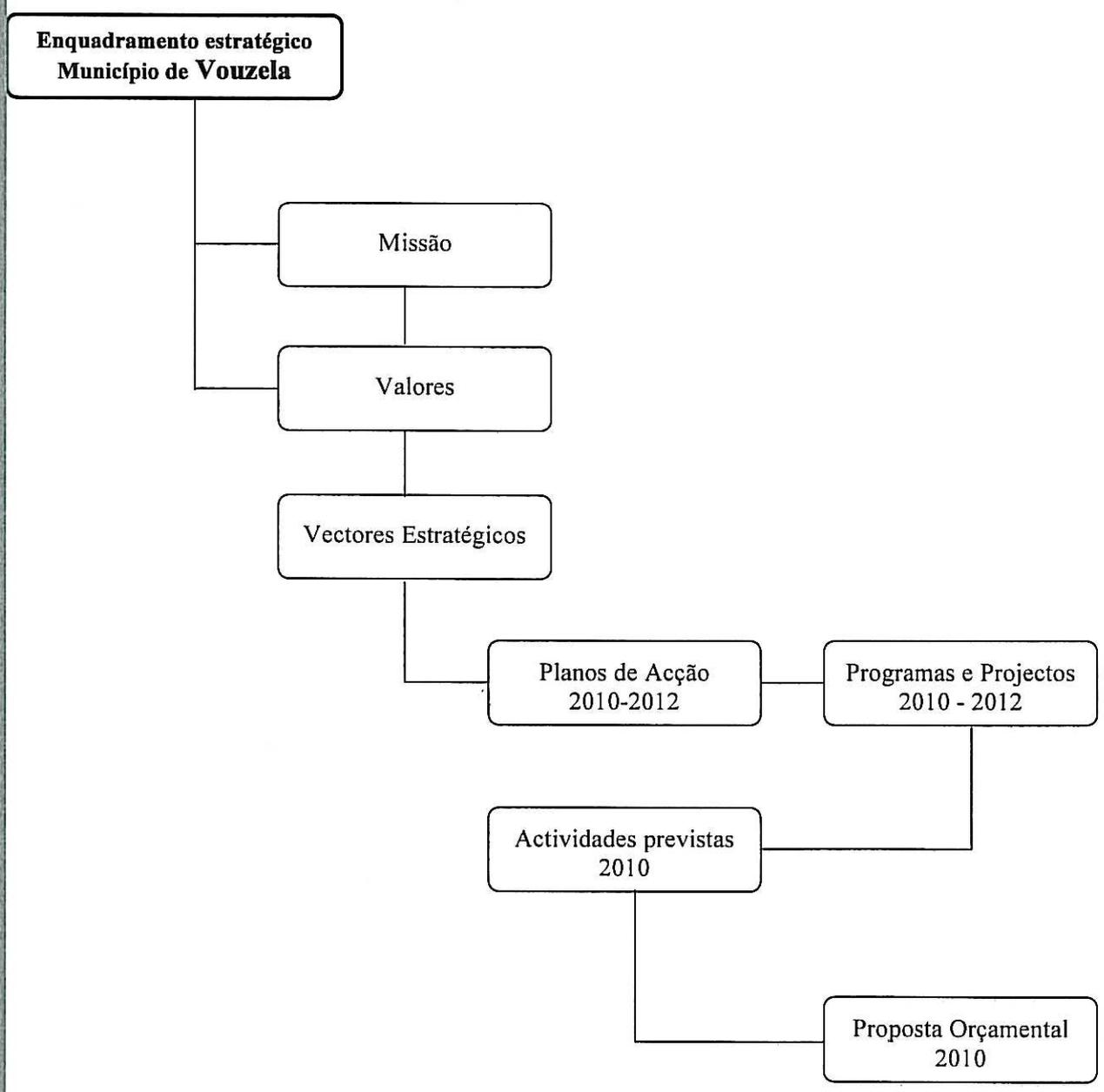
Aparecida

 Teófilo

 Teófilo

II. ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO

O presente documento respeita a organização do organigrama abaixo apresentado, que passaremos a desenvolver nas páginas seguintes:



II.1 MISSÃO

Definir e implementar políticas estratégicas que promovam o desenvolvimento do concelho na sua vertente turística, económica, social, ambiental e urbanística, assegurando a satisfação das necessidades da população, prestando mais e melhores apoios, numa óptica de melhoria contínua e de gestão racional dos recursos humanos, financeiros e materiais do Município.

II.2 VALORES

Ética, Excelência, Economia, Eficácia e Eficiência compreendem o referencial de valores do Município e que podemos traduzir nas seguintes aspirações: “fazer com dedicação”, “fazer melhor”, “adequando os meios” e “maximizando os resultados”.

Estamos perante cinco princípios básicos pelos quais é orientada a prossecução da Missão da Autarquia e que, como tal orientam a sua actividade e comportamento com os “clientes”, fornecedores e comunidade local. Acresce a este entendimento institucional sobre os valores uma directa transposição nas atitudes e comportamentos esperados dos funcionários do Município, quer a nível individual quer colectivo.

Pretende-se que este alinhamento de valores e de comportamentos expectáveis seja aceite e praticado por todos, tornando mais fácil a inter-relação dos funcionários e mais coerente a actividade da Autarquia.

II.3 VECTORES ESTRATÉGICOS

O Município de Vouzela elege dois grandes grupos de vectores estratégicos. O primeiro grupo está claramente orientado para o interior da Organização – Serviços Municipais e Recursos Humanos enquanto o segundo para o exterior – População e Território - Autarquia.

Assim, os vectores estratégicos do Município enquanto Organização são os seguintes:

- Aumentar a qualidade na prestação de serviços;

- Reforçar o Empowerment/responsabilização;
- Promover a economia de recursos;
- Fomentar o trabalho em equipa;
- Aumentar a satisfação do Cidadão/Cliente;

Enquanto Autarquia destacam-se os seguintes:

1. Incrementar o Turismo;
2. Valorizar a Identidade Local;
3. Qualificar o Ambiente Construído;
4. Fomentar a Competitividade da Economia Local;

Procuramos apresentar de seguida alguns planos de acção que contribuem de forma decisiva para orientar a actividade do Município no sentido dos vectores acima indicados.

II.4 PLANOS DE ACÇÃO

Os planos de acção que apresentamos de seguida são genéricos, de médio/longo prazo e não se circunscrevem a um único vector estratégico, sendo que, alguns deles exercem uma influência decisiva em mais do que um vector.

1. Valorização da cultura e do património como elementos de afirmação da identidade local:

- Promover a Cultura Popular, divulgar as lendas, cantares tradicionais, romarias e costumes;
- Fomentar e incrementar o artesanato.

2. Dinamização e valorização cultural das aldeias

3. Incremento do associativismo entre os agentes económicos:

Incrementar parcerias entre as associações existentes e os agentes económicos;

6
V. Alves
A. Almeida
E. T.
P. M. / y.
F. S. J. S.
E. T.

- Promoção das associações no sentido de valorizar e enriquecer o potencial turístico do Concelho.

4. Constituição e desenvolvimento de estruturas de animação Sócio-Económica que sejam resultado de parcerias locais e regionais:

- Desenvolver actividades emergentes como a animação turística, o turismo natureza e o turismo cultural.

5. Reforço do desenvolvimento das infra-estruturas e serviços relacionados com a Sociedade da Informação (Novas Tecnologias):

- Dinamizar o acesso às novas tecnologias de informação e comunicação;

6. Preservar, requalificar e valorizar os espaços rurais e por conseguinte a qualidade de vida em meio rural:

- Recuperar o património rural de carácter colectivo;
- Recuperar os edifícios de traça tradicional;
- Recuperar os espaços públicos;
- Recuperar, revitalizar, valorizar e animar as Torres Medievais

7. Dinamização dos espaços agro-florestais para fins lúdicos e/ou pedagógicos:

- Dinamizar o ecoturismo, turismo de montanha, cicloturismo e desporto aventura;
- Organizar itinerários temáticos culturais ou naturais (elaboração de roteiros turísticos e circuitos turísticos)
- Criar infra-estruturas de apoio ao turismo de natureza, de interpretação, informação e apoio a visitantes/estudantes;

8. Valorização dos Espaços de alto valor ecológico e dos recursos agro-florestais:

- Valorização da Reserva de Loendros de Cambarinho;
- Implementar trilhos e percursos de interpretação, centros de interpretação e/ou centros de educação ambiental;
- Promover e impulsionar circuitos pedestres, BTT e TT.

8
instituto
Aparecida
12/7
Ferreira
17

9. Melhoria do desempenho e valorização de competências dos Recursos Humanos:

- Promoção de acções de formação ao nível dos vários grupos profissionais;
- Dinamização da comunicação interna e externa;
- Agilizar e modernizar processos administrativos.

Para além destas orientações convém referir que o Município de Vouzela mantém, já que elas constituem os pilares fundamentais em que se encontra fundado o seu Modelo Estratégico de Desenvolvimento, as seguintes políticas:

- a) Política de Satisfação das Carências Básicas,** através da resolução dos problemas de circulação e transporte, saneamento básico, equipamentos e serviços de uso quotidiano, que uma vez garantidas proporcionam o sucesso das acções que concorrem para alcançar outro nível de exigência das populações no tocante à sua qualidade de vida;
- b) Política de Acessibilidades e Mobilidade:** Execução de estruturas de ligação para pessoas e produtos;
- c) Política Ambiental e de Recursos Naturais:** Execução de projectos que consubstanciem uma articulação ajustada entre os níveis nacional, regional e local na prossecução de acções de salvaguarda e valorização do Património Ambiental;
- d) Política de Solos e Ordenamento:** Concretização das medidas para a coordenação entre os instrumentos de gestão territorial e para a aplicação dos diferentes mecanismos para a sua concretização.

III. DOCUMENTOS PREVISIONAIS E MAPA DE PESSOAL PARA 2010

Depois de no ponto anterior termos efectuado o enquadramento estratégico do Município de Vouzela, apresentaremos de seguida uma breve resenha do Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2010, e em anexo os citados documentos previsionais.

Apresentamos também o Mapa de Pessoal, para o ano em análise, conforme dispõem os artigos 4º, 5º e 49º da Lei n.º 12-A/2008, de 27/02.

Refira-se que estes documentos estão fortemente condicionados pela necessidade de cumprir o Plano de Saneamento Financeiro aprovado para o Município.

III.1 ENQUADRAMENTO GERAL

O POCAL estabelece que todas as autarquias locais devem elaborar os documentos previsionais, constituídos pelas Grandes Opções do Plano e pelo Orçamento.

Estes documentos são de importância primordial para a gestão autárquica, pois neles estão definidas as linhas de desenvolvimento estratégico a médio e longo prazo e a política financeira de curto prazo.

A elaboração dos documentos previsionais do Município de Vouzela teve como referenciais o disposto no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelos Decretos-Lei n.ºs 162/99, de 14 de Setembro, 315/2000, de 2 de Dezembro e 84-A/2002, de 5 de Abril. Complementarmente atendeu-se ao disposto no n.º 3 do artigo 52º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, no que respeita à classificação económica das despesas da Assembleia Municipal.

Os citados documentos previsionais serão aprovados nos termos do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, bem como pelo Regulamento de Sistema de Controlo Interno da Câmara Municipal de Vouzela.

Handwritten signatures and initials in the top right corner, including the name "Aparecida" and other illegible marks.

A elaboração do Orçamento assentou no levantamento, tão rigoroso quanto possível, dos seguintes elementos:

- As despesas obrigatórias;
- A previsão das despesas dos novos projectos/acções;
- A previsão dos recursos financeiros;
- As dotações disponíveis após a cobertura das despesas obrigatórias.

As despesas obrigatórias traduzem-se nas:

- Dotações necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes da lei, como sejam, as obrigações fiscais, as contribuições para a Caixa Geral de Aposentações e para a Segurança Social;
 - Dotações destinadas às remunerações certas e permanentes;
 - Dotações para despesas que resultem de contratos de empreitadas, fornecimento de bens ou de prestação de serviços, em execução;
 - Dotações para encargos decorrentes de contratos de adesão e outras despesas de funcionamento de carácter permanente;
 - Dotações para liquidação de encargos da dívida resultantes de empréstimos contraídos;
 - Dotações para fazer face ao reprocessamento dos encargos regularmente assumidos e não pagos, nos termos da alínea g) do ponto 2.3.4.2, do POCAL.

A previsão dos recursos financeiros caracteriza-se por ser a fase de elaboração do orçamento que reveste uma grande importância, na medida em que a avaliação das receitas é factor condicionante do orçamento da despesa. A propósito da receita proveniente dos fundos municipais foram tidos em conta os valores do Orçamento de Estado em vigor, actualizados com base na taxa de inflação provisória que é de 2%.

Salienta-se que as dotações previstas não são estáticas, existindo sempre a possibilidade do ajustamento das previsões se reflectir ao longo da execução do orçamento, através de alterações ou revisões.

No que se refere ao financiamento externo, isto é, os recursos provenientes dos fundos comunitários, protocolos de cooperação técnica e financeira celebrados com a

Handwritten notes and signatures:
10
[Signature]
[Signature]
[Signature]
[Signature]

Administração Central ou outras entidades, foram consideradas as importâncias respeitantes à componente subvencionada do investimento ou das acções a realizar no ano 2010.

As Grandes Opções do Plano (GOP's) – Plano Plurianual de Investimentos e Actividades Mais Relevantes, apresentadas em anexo, constituem o elemento fundamental e estruturante das políticas a desenvolver para o ano 2010.

As Grandes Opções do Plano (GOP's) contêm, para além das despesas de investimento, as restantes despesas correntes e de capital que representam interesse e relevância para a autarquia como são as transferências de correntes e de capital e os encargos com os empréstimos de médio e longo prazo (amortização e juros).

III.2 ORÇAMENTO PARA 2010

Este relatório da proposta orçamental procura conter uma breve a apresentação e a justificação dos valores orçamentais propostos. Nesta linha de orientação procuraremos apresentar a evolução dos principais agregados da receita, por classificação económica, bem como da despesa, por classificação económica e orgânica.

Não queremos iniciar uma análise mais detalhada sem antes efectuar uma breve análise de âmbito mais geral. Desta forma, apresenta-se de seguida a Tabela 2.1, onde podemos encontrar um resumo do orçamento segundo os dois grandes agrupamentos da classificação económica.

Tabela 2.1

Resumo da Receita e Despesa prevista para 2010

(Em euros)

Designação	Classificação Orçamental		Total
	Correntes	Capital	
Receitas	7.173.949	6.420.265	13.594.214
Despesas	7.173.949	6.420.265	13.594.214

Da observação da tabela verifica-se que o orçamento ascende a 13,6 milhões de euros.

Verifica-se por outro lado que o orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas previstas e que as receitas correntes são iguais às despesas correntes previstas para o ano 2010.

Apresentaremos de seguida o gráfico 2.1 com o qual pretendemos ilustrar a relação existente entre as receitas e despesas autárquicas.

Gráfico 2.1

Estrutura da Receita e Despesa



A tabela que se segue (Tabela 2.2) pretende ser um reflexo da composição das receitas e despesas por capítulo económico, bem como do seu peso absoluto.

Tabela 2.2

Estrutura das receitas e despesas por natureza económica

(Em euros)

RECEITAS	VALOR	%	DESPESAS	VALOR	%
Receitas Correntes	7.173.949	52,77	Despesas Correntes	7.173.949	52,77
Impostos Directos	573.189	4,22	Pessoal	3.519.452	25,89
Impostos Indirectos	13.330	0,10	Aquisição de Bens	666.440	4,90
Taxas, Multas e Outras Penalidades	80.720	0,59	Aquisição de Serviços	1.840.355	13,54
Rendimentos de Propriedades	1.370.302	10,08	Juros e Outros Encargos	315.403	2,33
Transferências Correntes	4.059.666	29,86	Transferências Correntes/Subsídios	781.349	5,76
Venda Bens e Serviços Correntes	1.032.207	7,59	Outras Despesas Correntes	46.850	0,35
Outras Receitas Correntes	44.535	0,32			
Receitas de Capital	6.420.265	47,23	Despesas de Capital	6.420.265	47,23
Venda de Bens Investimento	1.301.219	9,57	Investimentos	5.218.360	38,39
Transferência de Capital	5.020.236	36,93	Transferências de Capital	567.547	4,17
Activos Financeiros	-		Activos Financeiros	-	
Passivos Financeiros	96.210	0,70	Passivos Financeiros	634.358	4,67
Outras Receitas de capital	100	0,01			
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	2.500	0,02			
TOTAL GERAL	13.594.214	100	TOTAL GERAL	13.594.214	100

A evolução das diferentes componentes da receita e da despesa acima discriminada permite-nos destacar, desde já, que o orçamento da receita apresenta uma forte dependência quer das transferências correntes quer das transferências de capital que representam 29,86% e 36,93% da dotação global do orçamento, respectivamente.

Os rendimentos de propriedades representam 10,08%, muito por força do contributo da constituição do direito de superfície sobre os terrenos do Parque Escolar que será objecto de intervenção (Centros Escolares de Alcofra, Cambra, Fataunços, S. Miguel do Mato, Ventosa e Edifício da Escola Profissional de Vouzela), e da receita proveniente do Parque Eólico e da renda de concessão da EDP (Iluminação Pública).

As receitas com venda de bens e serviços contribuem com 7,59%. A este respeito refira-se que está em fase de conclusão o estudo económico e financeiro que servirá de suporte à actualização da Tabela de Taxas e Licenças e que deverá entrar em vigor até ao próximo mês de Abril de 2010.

A rubrica das Reposições Não Abatidas nos Pagamentos aparece dotada tendo em conta o grau de certeza quanto à sua necessidade já que são frequentes as reposições de valores por parte da EDP motivadas por excessos nas estimativas de consumos.

Ao nível da despesa corrente, assume particular relevância os encargos com pessoal (24,80%) e os encargos com aquisição de bens e serviços (14,94%). O mapa de pessoal para o ano 2009 encontra-se anexo ao Orçamento.

III.2.1 SERVIÇO DA DÍVIDA

Relativamente ao serviço da dívida, os encargos previsionais com os juros e amortização de empréstimos bancários traduzem-se em 869.059€, representando cerca de 6,39% da despesa global.

O mapa relativo ao serviço da dívida previsional apresenta-se em anexo ao Orçamento.

III.2.2 PRINCÍPIOS E REGRAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Não queremos terminar esta análise sem antes reter um conjunto de princípios e regras a respeitar por todos os Serviços Municipais durante a execução do orçamento:

1. Princípios inerentes à arrecadação da receita os seguintes:

- a) As receitas só podem ser liquidadas e arrecadadas se tiverem sido objecto de inscrição orçamental adequada;

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Miguel', 'Tu', 'Ademir', and 'Ferreira'.

impliquem despesas orçamentais a realizar por investimentos, coincidindo, assim, o seu total definido com o total da rubrica 07 – Aquisição de Bens de Investimento.

O Plano Plurianual de Investimentos obedece aos documentos normalizados e integrados no POCAL, nomeadamente o quadro apresentado no ponto 7.1 do citado diploma legal, por: áreas de actuação (objectivos, programas, projectos e acções); por orgânicas e, ainda, discriminar a forma de realização das acções (empreitadas, fornecimentos e outros), datas de início e fim, montantes previstos para o ano e seguintes, bem como os valores não definidos.

Antes de prosseguir a nossa análise, importa aqui referir que 2008 representou uma viragem decisiva na forma como o Executivo Municipal levará por diante o investimento que se impõe realizar. Ciente que os objectivos a prosseguir poderão ser optimizados mediante a realização de parcerias com entidades privadas, conhecedoras de formas de organização e gestão mais flexíveis e eficientes, que permitam uma melhoria da qualidade das actividades desenvolvidas, com claro benefício para a sustentabilidade financeira e para o bem estar da população, iniciou um processo de selecção da entidade privada que irá participar com o Município na constituição de uma Sociedade Anónima de capitais minoritariamente públicos, para a concepção, construção, requalificação, instalação e conservação de um centro de negócios/zona industrial e do parque escolar do concelho.

Por outro lado, a Autarquia estima executar um investimento no valor de 5,2 milhões de euros.

Do investimento previsto destacam-se os investimentos a realizar em programas como o Ensino Não Superior (900.828€), Cultura (320.000€), Desporto, Recreio e Lazer (706.920€) e Transportes e Comunicações (2.928.032€).

No domínio do Ensino Não Superior destacam-se:

- a) A Requalificação da EB1 de Vouzela;
- b) O Centro Escolar de Queirã.

Ao nível da Cultura destaca-se a Requalificação da Torre de Paços de Vilharigues e as obras de Beneficiação do Cine-Teatro João Ribeiro.

Ao nível do Desporto, Recreio e Lazer podemos sublinhar a obra de Requalificação do Campo Municipal das Chãs – Vouzela.

Ao nível dos Transportes e Comunicações assumem particular relevo diversas intervenções a levar a efeito em caminhos e estradas municipais a suportar pela rubrica de Reparação de Estradas (Rectificação das curvas da E.N. 333-2, arruamento na Senra e Largo da Escola Secundária de Vouzela, Caminho Municipal 1282 e Requalificação da E.M. de Moçâmedes a Caria) e a Variante de Cambarinho – Campia.

A terminar, refira-se que as Grandes Opções do Plano se traduzem em 6.665.366€, dos quais 5.218.360€ se referem ao PPI e 1.447.006€ se referem a acções identificadas como Acções Relevantes.

Ao nível das Actividades Mais Relevantes destacam-se:

- As verbas relativas à amortização da dívida de médio e longo prazo;
- As transferências de capital para as Juntas de Freguesia na sequência dos protocolos de delegação de competências celebradas durante o ano 2009.

A terminar apresenta-se o mapa resumo das GOP's atendendo à classificação funcional:

Tabela 3.1

Estrutura das GOP's por Função

(Em euros)

Objectivo	Designação	Despesa Prevista 2009
1	Funções Gerais	
	Administração Geral	89.750
	Protecção Civil e Luta Contra Incêndios	77.120
2	Funções Sociais	
	Ensino Não Superior	900.828
	Serviços Individuais de Saúde	750

	Ação Social	34.300	<p><i>União</i></p> <p><i>S. J.</i></p> <p><i>R.</i></p> <p><i>Alameda</i></p> <p><i>57</i></p> <p><i>Leandro</i></p> <p><i>57</i></p>
	Habitação	150	
	Ordenamento do Território	53.830	
	Saneamento	53.200	
	Abastecimento de Água	33.000	
	Resíduos Sólidos	39.026	
	Protecção Meio Ambiente e Cons.da Natureza	2.750	
	Cultura	320.000	
	Desporto, Recreio e Lazer	706.920	
3	Funções Económicas		
	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	1.000	
	Indústria e Energia	37.750	
	Transportes Rodoviários	2.928.032	
	Mercados e Feiras	50	
	Turismo	79.100	
4	Outras Funções		
	Operações da Dívida	869.059	
	Transferências entre Administrações	438.751	